



Prezados leitores,

Anunciamos, para o mês de **agosto de 2025, a 88ª edição da Revista Acadêmica Digital SouzaEAD**. Edição repleta de temas relevantes e atuais sobre disputas territoriais na Amazônia, o poder judiciário e as atribuições do executivo e legislativo, inclusão social e escolar, contratos administrativos e licitações, biologia molecular e as ômicas na agropecuária, desigualdade de gênero no funcionalismo público e violência psicológica contra a mulher.

Os pesquisadores André Araujo Sombra Soares, Carlos Alexandre Leão Bordalo e Daniel Araujo Sombra Soares, com o artigo intitulado **“HIDROTERRITÓRIOS EM DISPUTA: CONFLITOS HÍDRICOS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NO ESTADO DO PARÁ”**, fazem uma análise dos conflitos por água no estado do Pará, evidenciando como diferentes formas de apropriação e gestão da água produzem disputas territoriais em contextos rurais da Amazônia Paraense. A abordagem da ecologia política, associada às categorias de hidroterritório e violência lenta, permite identificar os elementos que estruturam as disputas pelo acesso, uso e controle da água. O estudo aponta que os conflitos hídricos no Pará revelam uma crescente assimetria entre os interesses hegemônicos e os usos comunitários, exigindo uma governança mais inclusiva e sensível às territorialidades locais.

No artigo intitulado **“A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NAS ATRIBUIÇÕES DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO BRASIL ATUAL E OS RISCOS À DEMOCRACIA”**, a autora Bianca Gonçalves Fernandes Costa faz uma análise da interferência do Supremo Tribunal Federal nas atribuições típicas dos Poderes Executivo e Legislativo no Brasil contemporâneo, com ênfase nos riscos que tal atuação pode representar para o equilíbrio institucional e a ordem democrática. A autora destaca que embora o STF exerça papel essencial na proteção da Constituição, sua atuação deve estar condicionada à lógica republicana e ao respeito às competências dos demais Poderes, sob pena de erosão democrática e crise de legitimidade institucional.

O professor Gustavo Abrahão dos Santos, em seu artigo intitulado **“AS BASES CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ATORES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E LICITAÇÕES À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021”**, esclarece aspectos relevantes da administração pública ao examinar as estruturas normativas e institucionais que sustentam a atuação dos diferentes agentes envolvidos nas contratações públicas, focando especialmente na nova Lei de Licitações e Contratos. O estudo conclui que uma atuação colaborativa, transparente e tecnicamente fundamentada entre os diversos atores envolvidos nas licitações é essencial para a criação de uma Administração Pública moderna, íntegra e alinhada com os princípios constitucionais.

Destacando a inclusão social, o autor Gean Carlos Romão Da Silva, em seu artigo intitulado **“AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA BREVE DISCUSSÃO”**, examina como as representações sociais moldam a compreensão e o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade contemporânea. Os resultados apontam para a persistência de

estereótipos que vinculam o TEA exclusivamente a déficits, reforçando práticas segregadoras; contudo, emergem narrativas que valorizam a neurodiversidade e impulsionam políticas de apoio. A discussão sugere caminhos para a construção de representações mais inclusivas, capazes de influenciar positivamente políticas públicas e práticas pedagógicas.

Também sobre a temática de inclusão, as pesquisadoras Marta Fernanda Boaventura Santos e Luciana de Oliveira Rocha Magalhães, destacam, em seu artigo intitulado **“INCLUSÃO ESCOLAR: AVANÇOS, DESAFIOS E PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL”**, a transformação do cenário educacional após a promulgação de leis que garantem a participação e o acesso equitativo de estudantes com deficiência no ambiente escolar, bem como a importância do apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o da família. Particular atenção é dada à parceria entre a escola e a família, ressaltando o papel que desempenham na promoção de um ambiente educacional inclusivo.

No artigo intitulado **“BIOLOGIA MOLECULAR E AS ÔMICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A INOVAÇÃO NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA”**, o pesquisador José Victor Torres Alves Costa apresenta uma análise atualizada das aplicações da biologia molecular na agropecuária brasileira, com foco em sua contribuição para a inovação tecnológica, a sustentabilidade e a eficiência dos sistemas produtivos. São abordadas as principais técnicas moleculares agrupadas nas chamadas ciências ômicas, como exemplo a genômica, transcriptômica, proteômica e metabolômica, com ênfase na sua aplicação no melhoramento genético de plantas e animais, no manejo de plantas daninhas, na sanidade vegetal e animal, na rastreabilidade e na produção de alimentos e bioenergia. A análise revela que, embora amplamente difundidas em ambientes laboratoriais e acadêmicos, tais tecnologias ainda carecem de maior integração aos sistemas produtivos em grande escala.

A autora Maiana Cristina Gonçalves de Jesus, em seu artigo intitulado **“A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO FUNCIONALISMO PÚBLICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA SOTEROPOLITANA”**, aborda a desigualdade de gênero no funcionalismo público brasileiro, com foco na representação política em Salvador (BA), visando identificar os fatores históricos, sociais e institucionais que obstaculizam a ascensão feminina nos cargos de chefia e gestão. A autora ressalta que condições culturais e históricas reforçam tal desigualdade e que a ampliação da presença das mulheres na gestão pública, demanda políticas de ação afirmativa, reformulação das normas e práticas institucionais e envolvimento efetivo da sociedade, em geral.

Ainda sobre desigualdade de gênero, a autora Taynara Aline de Melo Ayala, em seu artigo intitulado **“VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: UMA ABORDAGEM PREVENTIVA DENTRO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”**, apresenta propostas de trabalho a partir dessa temática, de modo a informar e fortalecer famílias usuárias da política pública de assistência social. A autora destaca que a Política Nacional de Assistência social, através da proteção social básica, pode ser um significativo método estratégico de prevenção à violência contra pessoas do gênero feminino, sendo também um meio de

promoção do fortalecimento dos vínculos familiares, bem como uma abordagem que visa fortalecer e estimular a função protetiva das famílias atendidas.

Esperamos que cada conteúdo apresentado seja apreciado e aproveitado ao máximo, estimulando reflexões, descobertas e novas possibilidades. Boa leitura!

Marcos Alexandre de Souza
Diretor Geral